

## **Organizar as especificidades ou nos dividir para o governo reinar?**

*Por David Rubbo Landau, servidor do TRT/Belo Horizonte*

A proposta dos núcleos de analista e técnico judiciário, criados no início da atual gestão, são exemplo de como é possível abordar questões específicas referentes a cada um dos cargos sem criar rivalidades ou conflitos internos, e compreendendo a importância da luta unificada do conjunto da categoria. Tal postura ficou evidente quando, na criação do núcleo de analistas, um dos seus representantes manifestou-se a respeito da proposta de criação de núcleo dos técnicos, defendendo a iniciativa e reconhecendo a legitimidade de suas reivindicações (o que não significa necessariamente concordância).

Num tipo de postura oposta à dos núcleos do SITRAEMG, uma associação cuja representatividade é questionável vêm tentando colocar um setor da categoria contra o outro. Registrada com o nome de Anajus, essa pessoa jurídica prega uma visão que, na prática, coloca os técnicos como o principal obstáculo, como os principais adversários a serem combatidos para a valorização dos analistas, que diz representar. Numa atuação que faz lembrar os sindicatos de gaveta, tão comuns depois legislação getulista, toma suas decisões sem fazer qualquer tipo de debate no seio da categoria e sem se submeter a qualquer tipo de instância participativa.

Em resumo, trata-se de uma proposta que defende tirar funções e atribuições de técnicos, que, segundo defendem, devem passar a ser exclusivas de analistas. Em função de uma interpretação tendenciosa da lei, querem jogar no lixo a experiência e a competência demonstrada ao longo de carreiras e vidas de colegas que, por serem técnicos, devem passar a se limitar a tarefas desqualificadas e rotineiras. Com isso, vão no sentido contrário daqueles que lutam por uma carreira com contínua qualificação para técnicos e analistas, onde as competências do servidor sejam valorizadas independentemente do cargo e o nosso destino não seja, necessariamente, o de assumir a mesma tarefa ao longo de toda a carreira.

Quem entre nós não está cansado de ver governantes e imprensa, juntos, tentarem mostrar servidores públicos como privilegiados ou incompetentes? Quem não percebe que, no dia a dia, o poder econômico, através de seus meios de comunicação e de seus representantes na política, tenta colocar a população contra nós? Todos os que acompanham as notícias do nosso país sabem que a desvalorização dos servidores públicos e do serviço público é decorrente da ação dos governos e das forças ligadas aos grandes grupos econômicos, vinculados todos a ideias contrárias à ampliação ou à qualificação da ação social do Estado. Não perceber isso é estar alheio aos anseios que a população expôs durante as manifestações multitudinárias em junho do ano passado.

É possível que muitos de nós, servidores recentes, não tenhamos vivenciado a história de conquistas desta categoria. Mas nunca recebemos um centavo proveniente da boa vontade de governos. Cada número do nosso contracheque foi consequência de greves, sempre enfrentando presidentes que, no início dos movimentos, juravam de pé junto que não dariam nenhum reajuste. É curioso ver gente que se apresenta como sindicalista

desprezando a força da nossa unidade, se dirigindo àqueles que não viveram ou não lembram que, para conquistar PCS 1, 2 e 3, foi necessário estar juntos para dobrar governos.

Não podemos coadunar com quem acredita que, ao querer incentivar que colegas passem por cima de colegas, esperam contar com a boa vontade e o apoio dos poderosos. É a mesma postura dos que trabalham nos Tribunais Superiores e defendem carreiras exclusivas. O conflito interno da categoria só serve a quem quer manter o arrocho, a pressão diária do acúmulo de serviço, o assédio, o aumento de jornada e a perda de direitos, questões que assolam técnicos e analistas. A atuação da Anajus não defende interesses de analistas, só serve ao governo que sempre quer nos derrotar. Engana-se quem acredita que vai obter conquistas combatendo o colega de trabalho. Essa postura só favorece aqueles que querem achatam o salário de analistas e técnicos. Por outro lado, a unidade de todos os que, com suas especificidades, de fato, fazem o Judiciário Federal funcionar tem uma força impressionante que, para ser posta em prática, depende apenas da consciência e da solidariedade de todos nós.

Defesa de reivindicações específicas como fazem os núcleos do SITRAEMG, sim; rivalidade e enfrentamento entre colegas, não.